

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs

Revista Réplica
Ano 43 - Nº 10 | ABRIL 2024
www.amprs.com.br/jornal-replica



SEMANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Quatro Décadas de Fortalecimento Institucional

Ciclo de Palestras da
XI SEMANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOÇÃO:
AMP-ESMP-UNISC

Sumário

- 03 Carta ao Leitor
- 04 **NOSSA ASSOCIAÇÃO**
Ao lado de todos
- 06 **CARREIRA**
O impacto da elevação das entrâncias na carreira no MP
- 09 **CARREIRA**
Para discutir tecnologia e inovação
- 10 **ENTREVISTA**
Rodrigo López Zillio
Eleições 2024: Ministério Público Eleitoral preparado para um novo pleito
- 12 **ESPECIAL**
Quatro décadas de fortalecimento do Ministério Público
- 17 **MEMORIAL**
Origens da Semana do Ministério Público | por **Agenor Casaril**
- 18 **APARTES**
- 22 **CRÔNICAS**
Logo o Brasil será parlamentarista | por **Cláudio Brito**
Pautas indesejadas | por **Marta Leiria**
- 23 **CRÔNICA**
Densidade literária | por **Mário Cavalheiro Lisbôa**



REVISTA RÉPLICA

ANO 43 – N° 10 | Abril de 2024

Mais tradicional projeto da Associação do Ministério Público gaúcho, a Semana do Ministério Público completa, neste ano, quatro décadas de fundação. Criada em 1984, em Santa Cruz do Sul, a iniciativa tem como principal objetivo aproximar os membros do Ministério Público, o corpo acadêmico e a sociedade. Desde a primeira edição realizada em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), o projeto se consolidou como espaço plural de congregação e debates acerca dos temas em voga na academia e tem sido replicado nas principais universidades do Estado. Na capa desta edição, a Revista Réplica apresenta um mosaico de fotos que retrata a variedade de temas e palestrantes que passaram pela Semana do Ministério Público ao longo dos seus 40 anos.

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE

João Ricardo Santos Tavares

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS

André de Azevedo Coelho

VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

Henrique Rech Neto

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Karine Camargo Teixeira

VICE-PRESIDENTE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO

Márcia Regina Nunes Villanova

VICE-PRESIDENTE DE JUBILADOS

Guacira Almeida Martins

DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COMITÊ EDITORIAL

André de Azevedo Coelho
Alessandra Moura Bastian da Cunha
Cláudio Barros Silva
Cláudio Brito
Fernando Andrade Alves
Karine Camargo Teixeira
Márcia Regina Nunes Villanova
Mário Cavalheiro Lisbôa

EDIÇÃO

CORE Comunicação & Relacionamento
Rua Mostardeiro 777, 1401, Moinhos de Vento
CEP 90430-001 – Porto Alegre (RS)
core@corecomunicacao.com.br
(51) 3017-1284

REPORTAGEM

Lucas Rivas (MTB 16.177)
Matheus Closs (MTB 20.085)
Robson Hermes (MTB 20.074)

EDIÇÃO E REVISÃO

Mariana Oselame (MTB 13.040)
Catia Bandeira (MTB 7.212)

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Sarmento / Prana Design & Cultura
R. Nova Divineia, 70 – Cx. Postal 01 – Village
CEP: 88780-000 – Imbituba (SC)
rafael.sarmento@pranacultura.com
(51) 991.699.944

IMPRESSÃO

Editora São Miguel
Av. Alexandre Rizzo, 534, Desvio Rizzo
CEP 90230-010 – Caxias do Sul (RS)
(54) 3220.3232

TIRAGEM

1.500 exemplares



Carta ao leitor

Prezado leitor e prezada leitora,

É com grande satisfação que compartilhamos mais uma edição da Revista Réplica. Semestralmente, nossa diretoria, ao lado do Comitê Editorial e da Comunicação Social, mergulha junto à atuação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) e dos membros do Ministério Público gaúcho para sintetizar, em textos, imagens e espaços de reflexão, o trabalho desenvolvido nos mais diversos âmbitos.

A matéria especial desta edição aborda os 40 anos do mais tradicional evento promovido pela AMP/RS, a Semana do Ministério Público. Nas páginas centrais da revista, contamos detalhadamente como o projeto surgiu de forma embrionária em Santa Cruz do Sul e ganhou terreno, ao longo dos anos, expandindo-se pelo Estado e se tornando referência nacional.

Também destacamos o importante papel da Associação na força-tarefa de reconstrução das cidades gaúchas castigadas pela passagem de um dos piores ciclones já vistos na história. A campanha de arrecadação de doativos liderada pela AMP/RS devolveu a esperança a dezenas de famílias que tiveram as suas vidas levadas pela enchente.

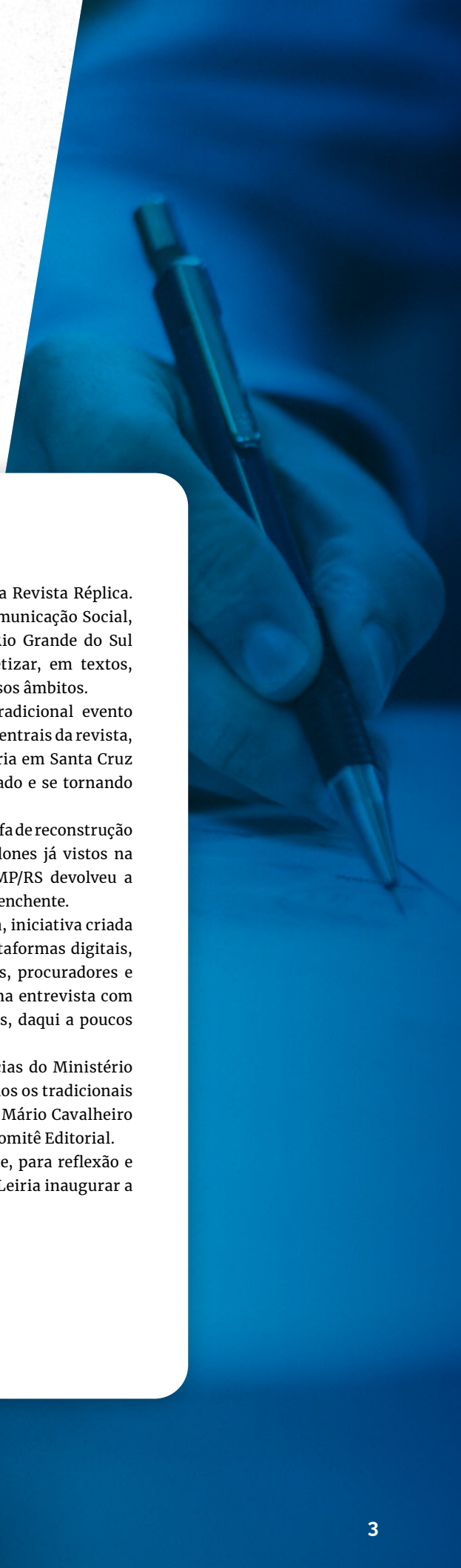
Outro destaque é o lançamento do Núcleo de Inovação e Tecnologia, iniciativa criada para difundir e ampliar o conhecimento sobre as atuais e futuras plataformas digitais, bem como sobre seu impacto na atuação de promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça. Esta edição da Revista Réplica ainda traz uma entrevista com o colega Rodrigo López Zilio acerca dos desafios a serem enfrentados, daqui a poucos meses, nas eleições municipais.

Nas páginas seguintes, ainda discutimos as elevações de entrâncias do Ministério Público gaúcho e os seus impactos na carreira. Além disso, apresentamos os tradicionais artigos do procurador de Justiça jubilado e diretor da Revista Réplica, Mário Cavalheiro Lisboa, e do promotor de Justiça jubilado Cláudio Brito, integrante do Comitê Editorial.

A partir desta edição, contaremos com um novo espaço, itinerante, para reflexão e opinião. Coube à escritora e procuradora de Justiça aposentada Marta Leiria inaugurar a seção e brindar os leitores com seu pensamento.

A todos e todas uma ótima leitura!

João Ricardo Santos Tavares
Presidente da AMP/RS



Ao lado de todos

Durante o período de chuvas que assolaram o Rio Grande do Sul em 2023, a AMP/RS capitaneou uma campanha de solidariedade em prol das pessoas atingidas pela catástrofe



Fotos: Prefeitura de Taquari

Vítimas das enchentes em Taquari receberam fogões e botijões de gás doados pela Associação

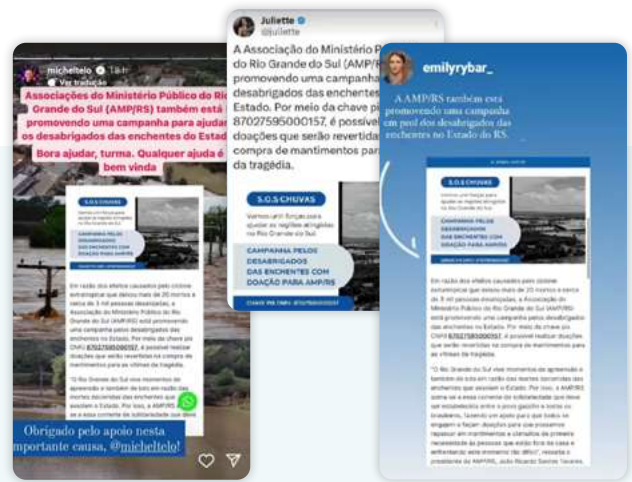
Em setembro de 2023, um ciclone extratropical provocava o maior desastre natural do Rio Grande do Sul nos últimos 40 anos. O rastro de destruição deixou mais de 50 mortos e milhares de pessoas desalojadas e desabrigadas. Dezenas de cidades foram castigadas pela força das chuvas e dos ventos, especialmente nas regiões Norte, Serra e Vale do Taquari.

Em um estado enlutado, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) não mediu esforços para amparar vítimas e auxiliar na reconstrução do RS. Somando-se à corrente de solidariedade que se estabelecia entre o povo gaúcho, a Associação criou a campanha SOS Enchentes, buscando doações de valores a serem revertidos em mantimentos para as vítimas da catástrofe.

Contando com a divulgação espontânea de artistas, entidades de classe locais e de outros estados, e da população em geral, a campanha se espalhou para todos os cantos do país. Como resultado, foram arrecadados mais de R\$ 320 mil – valores que foram destinados para ações de mitigação dos prejuízos materiais das vítimas das chuvas.

Apoio em Taquari

A agente de saúde Gisele de Fátima da Silva Scherer foi surpreendida quando a água começou a tomar conta de sua casa. Residindo próximo à beira do Rio Taquari, ela presenciou a invasão de mais de 80 centímetros de água que devastaram roupeiros, armários e outros móveis de sua casa. A situação obrigou Gisele a encontrar abrigo em uma parte mais alta da



Fotos: Reprodução/Instagram

Os músicos Michel Teló e Juliette, além da modelo Emily Rybar, foram algumas das personalidades que divulgaram a campanha

residência, em cima de sua garagem – local onde precisou permanecer por três dias. “Eu tenho 42 anos e nunca vi nada parecido”, relembra.

Em Taquari, Gisele esteve entre as 269 famílias afetadas pelas enchentes. Algumas delas perderam tudo, outras tiveram móveis danificados, mas todas contaram com a solidariedade para retomar suas rotinas. “Podemos nos considerar muito abençoados por não termos perdido vidas devido a essas chuvas”, destaca o prefeito do Município, André Brito.

Após demanda apresentada pelo promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, acompanhado do titular do Conselho de Representantes Carlos Eduardo Vieira da Cunha, se deslocou até a Prefeitura de Taquari, no dia 15 de setembro, para realizar a primeira destinação da campanha SOS Enchentes.



Foto: Matheus Closs

Entrega dos fogões à Prefeitura de Taquari

Ao todo, foram 37 fogões com botijões de gás doados. “Sabemos que se trata de uma gota d’água neste mar de necessidades que a tragédia impõe, mas é a contribuição que a Associação dá para essas famílias que perderam tudo”, disse o presidente da AMP/RS durante o ato da entrega.

Para o prefeito de Taquari, o gesto da AMP/RS foi um divisor de águas na reconstrução da vida das pessoas beneficiadas pelas doações. “Essa generosidade possibilitou que 37 dessas famílias voltassem a experimentar algo muito básico e essencial: ter comida quente sobre suas mesas, através da doação dos fogões e, por isso, o município de Taquari, e eu, como prefeito e cidadão, temos muito a agradecer”, afirma Brito.

Associação mobilizou doações na Ilha da Pintada



Foto: Divulgação

Mantimentos sendo descarregados na Ilha da Pintada

Na Ilha da Pintada, o avanço do Rio Jacuí e a passagem do ciclone tiraram muitas famílias de suas casas. Em resposta à tragédia, a AMP/RS utilizou parte dos recursos arrecadados na campanha para a compra de cestas básicas, kits de higiene e limpeza, e ração para os pets.

Foram mais de 400 famílias beneficiadas pela entrega, realizada no dia 28 de setembro. A ação teve o apoio do

Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), responsável por ceder o caminhão e a van que levaram os mantimentos até a localidade.

Além das famílias, a Associação contribuiu com doações para Maria Ana Ávila Macedo, recicladora de 71 anos que vive com a filha e quatro netas às margens do Jacuí. Conhecida como Vó da Reciclagem, Maria perdeu móveis e teve a casa danificada em decorrência dos ciclones.



Foto: Divulgação

Colaboradores da Associação realizaram a entrega dos móveis e da cadeira de rodas para Maria

A partir dos recursos da campanha, foram adquiridos geladeira, televisão, beliche, colchões, máquina de lavar roupas e botijão de gás. Além disso, Maria ganhou uma cadeira de rodas motorizada - a recicladora não tem as pernas por complicações da diabetes. “Graças à Associação pude realizar meu sonho de anos de ganhar uma cadeira motorizada. Parei de me arrastar pelo chão e machucar o joelho. Adorei o presente!”, agradeceu a recicladora. ■

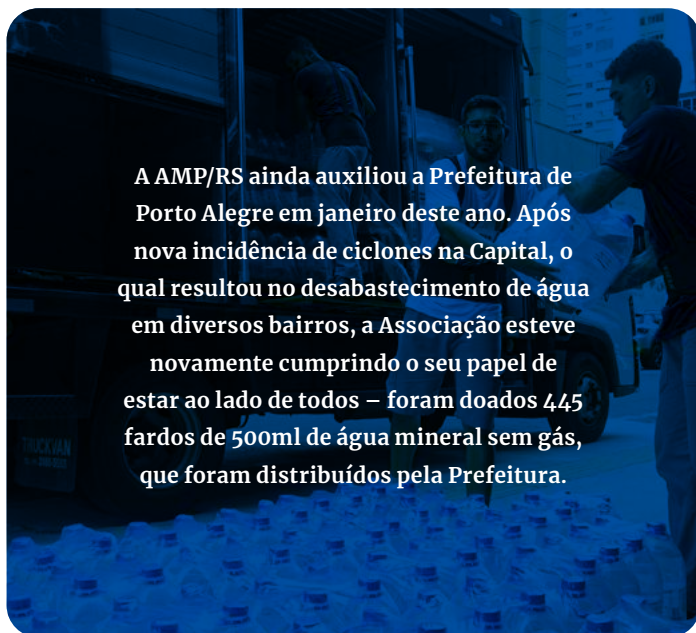


Foto: Julio Ferreira/PMPA

A AMP/RS ainda auxiliou a Prefeitura de Porto Alegre em janeiro deste ano. Após nova incidência de ciclones na Capital, o qual resultou no desabastecimento de água em diversos bairros, a Associação esteve novamente cumprindo o seu papel de estar ao lado de todos – foram doados 445 fardos de 500ml de água mineral sem gás, que foram distribuídos pela Prefeitura.

O impacto da elevação das entrâncias na carreira no MP

Como os estudos conduzidos pela AMP/RS contribuíram e mobilizaram discussões sobre o tema, possibilitando a elevação de entrância de diversas comarcas



Vice-presidente Fernando Andrade Alves representando a AMP/RS em cerimônia de descerramento da placa alusiva à elevação de entrância da Promotoria de Justiça de Itaquí, ao lado do procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz, e da promotora de Justiça Fernanda Covessi Thom

No final da sessão do dia 21 de novembro, o Plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) aprovava, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar 322/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que confirmou a elevação de entrância inicial para a entrância intermediária das Promotorias de Justiça de Campo Bom, Canela, Canguçu, Charqueadas, Encantado, Estância Velha, Gramado, Itaquí, Marau, Panambi, Parobé, Santo Antônio da Patrulha, São Sebastião do Caí, Três de Maio e Três Passos.

No mesmo sentido, elevou as Promotorias de Justiça de Bagé, Canoas, Erechim, Gravataí, Novo Hamburgo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Santo Ângelo, Uruguaiana e Viamão, da entrância intermediária para a final. Como resultado, criou-se uma alternativa para a movimentação da carreira dos promotores e promotoras de Justiça.

O caminho para essa solução teve seu nascedouro no âmbito associativo, especificamente na Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS). Por meio de um Grupo de Estudos

da Carreira, a AMP/RS fomentou e conduziu o debate com a classe que acabou levantando algumas possibilidades para a carreira – entre elas, a que agora oferece uma nova perspectiva no trabalho dos membros do MP gaúcho.



Diretoria Executiva acompanhou os projetos desde a sua tramitação nas Comissões internas da Assembleia Legislativa até a sua aprovação pelo Parlamento gaúcho

Debate da carreira e “Diálogos para o Futuro”



Foto: Robson Hermes

Durante o evento “Diálogos pelo Futuro”, em agosto de 2021, foram realizadas enquetes com os membros do Ministério Público para votar as propostas elaboradas pela Comissão de Estudos da Carreira

Desde a primeira gestão do presidente João Ricardo Santos Tavares, iniciada em dezembro de 2020, um dos motes do trabalho era a valorização da carreira. Neste sentido, além da criação de uma vice-presidência específica para a discussão da valorização funcional, foi criada a Comissão de Discussão da Carreira. Composto por representantes de todas as entrâncias, o grupo tinha como objetivo promover um amplo debate acerca do assunto a fim de reunir os principais anseios dos membros da Instituição.

Na coordenação desses trabalhos, realizados entre março e agosto de 2021, o então vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves, com o apoio do vice-presidente de Valorização Funcional, Henrique Rech Neto, articulou por meio da capilaridade necessária à pasta um diálogo com associados de diversas Promotorias do interior do Estado a fim de compreender as diferentes necessidades dos diversos contextos que se apresentam aos promotores em diferentes fases da carreira.

“A elevação de entrâncias surgiu como uma saída para o problema da estagnação da carreira. Formamos um grupo de estudos composto por mais de 40 membros da carreira, o qual, a partir de intenso debate, apresentou três alternativas de modernização, sendo uma delas a elevação de entrância de algumas promotorias, justamente por haver em outros estados um maior número de unidades de entrância final, o que viabilizaria uma movimentação importante nos quadros do MP”, relembra o atual vice-presidente Administrativo e Financeiro, Fernando Andrade Alves.

As deliberações do grupo resultaram em um documento, que foi apresentado aos associados no evento virtual “Diálogos pelo Futuro”, no dia 27 de agosto de 2021. Por meio de painéis, foram apresentadas as propostas de: **regionalização da atuação no interior do Estado**, a fim de que as atribuições de um determinado número de Promotorias de Justiça passassem a ser desempenhadas por uma unidade regional, contando com a lotação de Promotores de Justiça de todas as entrâncias; a **promoção sem deslocamento físico**, que sugeriu o estabelecimento de carreira individual do Promotor de Justiça, independentemente da entrância da Promotoria de Justiça de lotação; e a de desvinculação entre Promotorias e Comarcas, que

tratava da **elevação de suas entrâncias**, considerando o grande volume de atribuições extrajudiciais do Ministério Público.

De forma democrática, foi aberto espaço para as deliberações dos associados que acompanhavam virtualmente o evento. Ao fim da plenária, foi divulgado o resultado da enquete disponibilizada ao longo do evento, em que foi possível votar entre as três propostas de carreira apresentadas ou pela manutenção do modelo atual. Compilando as deliberações do evento e os estudos, um documento foi formatado e entregue ao procurador-geral de Justiça da época, Marcelo Lemos Dornelles, em setembro, e também à Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris).

Movimento colaborativo nas comarcas



Foto: AMP/RS

Presidente João Ricardo Santos Tavares em reunião da comitiva de Cachoeira do Sul com a Corregedoria-Geral da Justiça

A partir da provocação da Associação, um grande movimento foi articulado pela Administração Superior do Ministério Público, Poder Judiciário e instituições para viabilizar as mudanças que, além de impactar carreiras, buscavam a melhoria da prestação dos serviços, atacando o volume de trabalho e a implantação de estruturas mais especializadas e regionalizadas, tanto no MP quanto no Judiciário.

Com o aceno positivo do Judiciário sobre as possibilidades de alterações nas entrâncias nas comarcas, a Diretoria da AMP/RS, no âmbito associativo, passou a levar o tema para as reuniões do Núcleo, a fim de incentivar as regiões a buscarem a elevação. “Durante as reuniões de Núcleo e de Diretoria Ampla, apresentamos apoio às iniciativas dos colegas e fomentamos a possibilidade de que todos pudessem realizar seus movimentos locais. Com isso, subsidiamos muitos colegas a respeito da formatação das comitativas e informando os dados que eram necessários para que o Poder Judiciário, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, pudesse avaliar a questão”, explica o vice-presidente Henrique Rech Neto.

A partir de então, movimentos locais foram se formando, reunindo representantes da OAB, do Legislativo, do Executivo e dos órgãos de segurança para pleitear a elevação junto à

Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ). Santa Cruz do Sul foi uma das primeiras comarcas a solicitar a elevação da entrância.

“Pode ser dito que promotores de Santa Cruz do Sul iniciaram um trabalho de conscientização de Deputados Estaduais da região do Vale do Rio Pardo, bem como da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, acerca da importância na elevação da Comarca. A elevação de entrância era um sonho antigo”, conta o promotor de Justiça de Santa Cruz do Sul, Jefferson Dall’agnol.

Entre 2022 e 2023, a Diretoria da AMP/RS acompanhou dezenas de reuniões realizadas entre comitivas de comunidades locais as quais pleiteavam a elevação de entrância junto à CGJ. “Era importante respaldar os colegas. Temos voz, sempre. Nós fomentamos e ajudamos os colegas a realizarem os levantamentos e contatos na Comarca. Depois, acompanhamos a reunião e nos manifestamos em reforço aos colegas”, destaca o presidente João Ricardo Santos Tavares. “Comparecemos às reuniões como modo de fortalecer os argumentos dos pedidos e prestar o apoio necessário aos colegas nessa luta que não era individual, não era da Comarca, mas sim da carreira do Ministério Público”, complementa.

A partir das reuniões, estudos técnicos foram conduzidos pela CGJ a fim de atender da melhor forma, atendendo critérios como índices populacionais e volume de processos nas regiões do Estado. Com esse embasamento, foi dado encaminhamento ao Projeto de Lei 313/2023 (do TJRS), e ao PLC 322/2023 (do MPRS), que atendiam, neste primeiro momento, o pedido de 26 comarcas e promotorias de Justiça – 15 de entrância inicial e 11 de entrância intermediária.

Concretização do projeto

Com as aprovações no Legislativo gaúcho, a AMP/RS já tem acompanhado, neste início de ano, algumas cerimônias alusivas à elevação de entrância das Promotorias de Justiça no interior do Estado – Uruguaiana, Itaquí, Santo Ângelo, Marau, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Bagé.

“A elevação das entrâncias fez com que a gente tivesse uma perspectiva de um andamento mais célere da carreira. Uma promoção, que talvez para muitos era algo muito distante, acabou sendo acelerada com essa iniciativa”, avalia a promotora de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, Graziela da Rocha Vaughan Veleda, beneficiada com a iniciativa.

Além de manter os promotores e servidores por mais tempo nos municípios – sem a necessidade de movimentações que prejudicam o andamento dos processos –, há também a possibilidade dos promotores se integrarem ainda mais com as comunidades locais, seja com instituições públicas e privadas, o que também ajuda na atuação mais ativa nas iniciativas sociais.

Ainda que apenas as elevações não solucionem por completo o grande volume de trabalho dos promotores e procuradores de Justiça, o debate iniciado na Associação pôde ajudar a construir um primeiro movimento para uma melhora na carreira e na prestação do serviço para a sociedade. ■

LINHA DO TEMPO:

Março de 2021

Início dos trabalhos da Comissão de Estudos da Carreira

9 de julho de 2021

Comissão de estudos da carreira realiza reunião unificada

6 de agosto de 2021

Comissão para Discussão da Carreira encerra fase de debates

27 de agosto de 2021

“Diálogos pelo Futuro” debate carreira dos membros do Ministério Público

8 de setembro de 2021

AMP/RS encaminha conclusões da Comissão de Estudos da Carreira à Administração Superior do Ministério Público

13 de dezembro de 2021

AMP/RS participa da reunião do Conselho de Gestão Compartilhada do Ministério Público

15 de agosto de 2022

AMP/RS participa pela primeira vez de uma reunião com a Corregedoria-Geral de Justiça, acompanhando a comitiva de Viamão

28 de fevereiro de 2023

Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MP aprova, por unanimidade, o envio do projeto de Lei de elevação de entrância para a Assembleia Legislativa

12 de setembro de 2023

Por unanimidade, Comissão de Constituição e Justiça aprova Projeto de Lei 322/2023

21 de novembro de 2023

Assembleia Legislativa aprova por unanimidade o PLC 322/2023

26 de janeiro de 2024

Associação acompanha a solenidade de elevação de entrância da Promotoria em Uruguaiana

5 de fevereiro de 2024

Associação acompanha a solenidade de elevação de entrância da Promotoria em Marau

25 de março de 2024

Associação acompanha a solenidade de elevação de entrância da Promotoria em Itaquí

26 de março de 2024

Associação acompanha a solenidade de elevação de entrância da Promotoria em Santo Ângelo

3 de abril de 2024

Associação acompanha a solenidade de elevação de entrância da Promotoria em Novo Hamburgo e São Leopoldo

9 de abril de 2024

Associação acompanha a solenidade de elevação de entrância da Promotoria de Bagé

Para discutir tecnologia e inovação

Associação cria Núcleo de Inovação e Tecnologia para debater sobre os avanços das soluções digitais e os seus impactos no Ministério Público



Crédito: Matheus Closs

Lançamento do Núcleo de Inovação e Tecnologia foi realizado, em março, na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP)

Acompanhando os avanços tecnológicos, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) lançou no mês de março o Núcleo de Inovação e Tecnologia voltado para difundir conhecimento sobre as atuais e futuras plataformas digitais. Formado por um grupo de promotores dedicados a estudar o tema, o grupo já vem compartilhando informações entre os membros e parceiros da Associação mirando extrair o máximo de recursos das novas tecnologias. O trabalho do Núcleo, direcionado a todos os associados ativos, aposentados ou pensionistas, é coordenado pelo vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, Fernando Andrade Alves.

"Com a criação deste novo ecossistema, a AMP/RS também passou a voltar suas atenções para os avanços tecnológicos e soluções digitais que já foram incorporadas no dia a dia dos nossos associados. De forma efetiva, passamos a contribuir com o debate e com a difusão e disponibilização de conhecimento, buscando traçar um panorama de tudo o que já está presente em nossos dias e daquilo que virá no campo da inovação e da tecnologia", destacou Fernando Alves.

Para marcar o lançamento do núcleo, a AMP/RS promoveu o painel "Inovação, novas tecnologias e seus impactos", na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), em Porto Alegre. Com transmissão online, o fórum também contou com as palestras dos promotores de Justiça Júlia Flores Schütt, Marcio Abreu Ferreira da Cunha e Roberto Carmai Alvim. Desde então, o Núcleo de Inovação e Tecnologia passou a contar com diversos integrantes, realizando encontros mensais envolvendo a participação dos associados de forma híbrida, mantendo o material disponível para acesso de todos nas plataformas digitais. ■



Eleições 2024: Ministério Público Eleitoral preparado para um novo pleito

Em entrevista, promotor Rodrigo López Zilio destaca os preparativos do Gabinete de Assessoramento Eleitoral e os desafios de promotores nos 497 municípios gaúchos

Com mais de 8,5 milhões de eleitores, o Rio Grande do Sul voltará suas atenções, em outubro, para mais uma corrida eleitoral nos 497 municípios gaúchos. Conforme calendário eleitoral, no dia 6 será realizado o 1º turno e em 27 de outubro, o 2º turno, caso necessário, em cidades com mais de 200 mil eleitores. Responsável por coordenar o Gabinete de Assessoramento Eleitoral (Gael) do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o promotor Rodrigo López Zilio, estará ao lado de 165 promotores eleitorais atuando para garantir a segurança e lisura do pleito.

Em entrevista à Revista Réplica, Zilio comentou os desafios que serão enfrentados pelo MP durante o período eleitoral como as particularidades de uma eleição municipal, a entrada da inteligência artificial, a capacitação de promotores, entre outros. Atuando diretamente desde 2004 no Ministério Público Eleitoral, o promotor detém larga experiência na esfera política participando, inclusive, como assistente, das primeiras eleições com urna eletrônica no Brasil, em 1996.

Professor de Direito Eleitoral, Rodrigo López Zilio, que também é membro auxiliar da Procuradoria Geral Eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), classifica a "equidistância" e a autorrestrrição da classe como peças-chave para sucesso do MP na disputa eleitoral. Confira a entrevista.

Em meio a uma área de atuação tão ampla, quais são hoje os principais pilares do Ministério Público Eleitoral?

O Ministério Público Eleitoral é imparcial e atua como um fiscal das eleições. Não somos o personagem principal. Os protagonistas de um pleito são os eleitores que estão de um lado e os candidatos e partidos que estão de outro. Dentro de uma eleição complexa, o promotor deve ter inteligência para não se envolver politicamente e agir de forma assertiva quando efetivamente houver gravidade evitando que o ingresso de ações se transformem em artifícios para propagandas negativas entre os candidatos e partidos. Não é incomum que, para criar um 'factóide político', muitos candidatos tentem induzir a promotoria a ajuizar ações com o objetivo de capitalizar politicamente sobre o fato durante uma eleição.

Quais são os desafios que envolvem o trabalho do MPE em uma disputa eleitoral e quais são as principais atividades realizadas por promotores em um pleito municipal em detrimento a uma eleição geral?

Nas eleições gerais, que ocorrem simultaneamente em todo o país, os promotores estaduais atuam de forma mais reduzida já que os personagens principais encontram-se nos tribunais (TSE e TREs). Já nas eleições municipais, o Ministério Público Eleitoral atua com muito mais intensidade e com uma grande carga de

trabalho e responsabilidade, uma vez que todas as ações passam pelo MPE. Atuamos como um dos pilares de sustentação do sistema de justiça eleitoral. Além da complexidade e dificuldade, na eleição municipal muitos advogados, sem familiaridade com o Direito Eleitoral, acabam sobrecarregando os promotores por falta de conhecimento específico. Casos envolvendo candidatos, partidos, coligações e federações, que poderiam ser encaminhados diretamente para os juízes eleitorais, acabam sendo levados para promotoria.

“O Ministério Público Eleitoral é imparcial e atua como um fiscal das eleições. Não somos o personagem principal. Os protagonistas de um pleito são os eleitores.”

Após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter restringido o uso de Inteligência Artificial nas eleições de outubro, como o Ministério Público Eleitoral deve enfrentar este novo obstáculo?

Estamos atentos à regulamentação do TSE com relação à inteligência artificial nas eleições. Como as campanhas se digitalizaram mudando a comunicação política através da internet e redes sociais, estaremos alerta para evitar o mau uso da IA, que é, por exemplo, utilizar a 'deepfake' para desinformar a população. A desinformação é hoje uma grande chaga no eleitorado brasileiro. O uso da inteligência artificial já é uma realidade, contudo acredito que estes casos ficarão mais limitados às grandes cidades.

Mesmo com a entrada desta nova ferramenta de IA, as práticas corriqueiras de abuso de poder político e econômico, como a compra de cestas básicas em troca de votos, seguirão presentes, principalmente em municípios com baixo número de eleitores? Como o senhor avalia esta questão?

Em um mapa composto por pequenos municípios e territórios, o contato físico ainda é iminente no Estado. Com isso, os velhos vícios que envolvem abuso de poder político e econômico e corrupção ainda devem pautar significativamente o trabalho do MPE. Infelizmente, estas são as principais mazelas numa corrida eleitoral. Nas eleições municipais, como as pessoas se conhecem e o corpo a corpo acaba sendo intensificado, o dinheiro muitas vezes acaba sendo usado como mercadoria para 'compra de votos', diferentemente das eleições gerais. Muitos candidatos ainda se valem das necessidades das pessoas para vender facilidades

explorando eleitoralmente o cidadão como o pagamento de pequenas contas, doação de materiais para realização de obras até o repasse de cestas básicas. Foi criada no país uma cultura de que a eleição é uma época de oportunidade.

Como o Gabinete de Assessoramento Eleitoral do MP gaúcho vem trabalhando para atualizar e capacitar os promotores que vão atuar diretamente nas eleições de outubro?

Em 2024, o Gabinete de Assessoramento Eleitoral (Gael) irá promover uma série de eventos específicos para a classe como cursos de atualização, capacitação e oficinas. Como os promotores eleitorais trabalham por biênios, a qualificação de nossos membros é fundamental. Neste ano, teremos um encontro inédito entre o TRE e o MP para analisarmos regras de pré-campanha, registro de candidaturas até a regulamentação da inteligência artificial. Depois, o Gael irá promover dez oficinas virtuais abordando microtemas que vão desde propaganda, financiamento de campanha, ações e crimes eleitorais. ■

IA nas eleições: saiba mais

Em fevereiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou uma resolução para regulamentar o uso da inteligência artificial durante as eleições municipais de outubro. A norma proíbe manipulações de conteúdo falso para criar ou substituir imagem ou voz de candidato com objetivo de prejudicar ou favorecer candidaturas. A restrição do uso de chatbots e avatares para intermediar a comunicação das campanhas com pessoas reais também foi aprovada.

O objetivo do TSE é evitar a circulação de montagens de imagens e vozes produzidas por aplicativos de inteligência artificial para manipular declarações falsas de candidatos e autoridades envolvidas com a organização do pleito.

Quatro décadas de fortalecimento do Ministério Público

Mais tradicional projeto da AMP/RS, a Semana do Ministério Público completa 40 anos de atividades ininterruptas em 2024, aproximando membros da Instituição, estudantes de Direito e comunidade de municípios de todo o Estado



Foto: AMPRS

Registro da segunda edição da Semana do Ministério Público de Santa Cruz do Sul

A década de 1980 foi um período de efervescência. No âmbito do Ministério Público, os resultados de longos trabalhos legislativos começavam a dar frutos. Marcava a época a entrada em vigor do novo Código de Organização Judiciária do Estado, que trazia em seu texto mais de vinte emendas sugeridas por uma comissão designada pelo procurador-geral de Justiça, a campanha em benefício da valorização do Ministério Público junto à sociedade recebeu impulso com a Lei Estadual nº 7.371/1980, que estabeleceu o dia 29 de junho como o Dia do Ministério Público Estadual, e em 1982, o governador do Estado, Amaral de Souza, assinou os projetos de lei encaminhados à Assembleia Legislativa para adaptar a Lei Orgânica Estadual aos termos da Lei Complementar nº 40. Nesta quadra histórica, a Associação estava em plena atividade. Sob a presidência de Luiz Alberto Rocha, no ano de 1984, amplas melhorias eram realizadas na sede campestre, com a inauguração do complexo de piscinas, e no âmbito cultural, foi retomada a publicação da Revista do Ministério Público, sem circulação desde 1977.

Em meados da década de 1980, ganhava destaque a discussão em torno dos problemas de alojamento de promotores de Justiça, que ocupavam espaços improvisados nos Fóruns para o exercício de suas funções. Contudo, no longínquo ano de 1984, nascia

o projeto que aproximaria ainda mais o Ministério Público de estudantes do Direito, do corpo docente de instituições de ensino superior e, em especial, da sociedade. O período era fortemente marcado pelas movimentações pré-constituintes. O ambiente jurídico passava por importantes transformações, com destaque à aprovação no Congresso Nacional da parte geral do Código Penal (Lei nº 7.209/84) e da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84). Tais mudanças impactariam diretamente o trabalho de promotores e procuradores de Justiça e, aliadas às recentes transformações oriundas da Lei Orgânica de 1981. Todos estes projetos desenhavam novas prerrogativas aos agentes de Justiça e das forças de Segurança Pública e fomentaram debates para o aprofundamento do entendimento do tema. Na Capital, a Escola Superior do Ministério Público em colaboração com a Associação criava o primeiro ciclo de estudos do Estado que se debruçava sobre o novo Código Penal. Com a iniciativa, em agosto de 1984, os membros da Instituição promoviam amplos debates no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Com isso, o Ministério Público situava-se como protagonista no estudo das novas legislações, discutindo os novos textos a partir de uma visão crítica e de proposição dos melhores critérios à sua aplicação.

Primeira edição

Inspirados pela semana de estudos, neste mesmo ano, os Núcleos da Associação desenvolveram trabalhos em nível regional em conjunto com as faculdades de Direito em alguns municípios do Interior. Em Santa Cruz do Sul, os então promotores de Justiça Agenor Casaril, Cláudio Barros Silva e Tibiriçá Brum Pires, unidos pela missão institucional de representar o Ministério Público na Comarca do município, criavam a Semana do Ministério Público. “Experimentávamos o exercício de uma nova Instituição: o Ministério Público como fiscal dos Poderes. Nós trabalhávamos exatamente com a percepção de que a Instituição saía fortalecida nesta transição e queríamos realmente avançar. Então aproveitamos este ensejo do Novo Código Penal e da Lei de Execução Penal para marcar posição dentro da Universidade”, relembra Cláudio Barros Silva. Na época promotor de Justiça, Agenor Casaril que atuava perante a 3ª Vara Judicial de Santa Cruz do Sul, lecionava junto a outros membros do Ministério Público, as disciplinas de Direito Penal e Processo Penal do curso de Direito da então FISC - Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul. “O município já era um polo regional do Estado, inclusive cultural, econômico e social, porque a FISC já estava se estruturando como universidade. Já havia um vínculo institucional forte com o Ministério Público através dos promotores da Região, em especial de Santa Cruz do Sul, havia então o ambiente então para se organizar o evento”, explica Casaril. “O Cláudio foi o maior entusiasta, eu era o coordenador do Núcleo e o Tibiriçá também apoiou a ideia. Conversamos para organizar e partimos então para coordenar o evento de grande amplitude que permitisse um debate amplo das duas novas leis que ainda não estavam em vigor em um programa denso que durou três dias, durante três turnos”, rememora Casaril.

Desde o início, tudo o que discutimos sobre o encontro jurídico na semana, que denominamos ser do Ministério Público, foi discutido e construído no nosso ambiente de amizade e relacionamento. O Tibiriçá sempre esteve envolvido, sugerindo temas e nomes para o encontro. O evento surgiu da necessidade que sentíamos de oferecer à comunidade acadêmica um evento que permitisse que colegas do Ministério Público, que estavam envolvidos nas discussões e estudos sobre a nova Parte Geral do Código Penal e a nova Lei de Execuções Penais, estivessem presentes e mostrassem as posições institucionais. Havia a necessidade de mostrar à comunidade o pensamento e as posições do Ministério Público”, disse Cláudio Barros. Em sua primeira edição, a iniciativa reuniu, além de membros do Ministério Público da região, juízes, pretores e advogados, de 20 a 22 de setembro, para discutir diversos aspectos do Novo Código Penal. Ainda em 1984, o evento foi replicado em Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo, Ijuí, Três Passos, Frederico Westphalen, Campo Novo e Uruguaiana.

As Semanas do MP promovem a troca de conhecimento de promotores e procuradores de Justiça com os futuros operadores do Direito. É uma forma de demonstrar aos estudantes como a Instituição é necessária para o sistema de Justiça, para a manutenção do Estado Democrático de Direito e esteio de sustentação para a sociedade com atuação em diferentes frentes.



O ciclo de estudos acerca da Reforma Penal realizado em Porto Alegre foi o gérmen para o surgimento de encontros por todo o Estado

Foto: Memorial do MPRS



Idealizadores da Semana do Ministério Público, Agenor Casaril e Cláudio Barros Silva se emocionam ao olhar os registros das primeiras edições do evento

Foto: Robson Hermes



Foto: Memorial do MPRS

Raro registro da 1ª edição da Semana do Ministério Público de Santa Cruz do Sul. Na foto: o procurador de Justiça de São Paulo José Henrique Pierangelli falando sobre o sistema penal

Convite à carreira

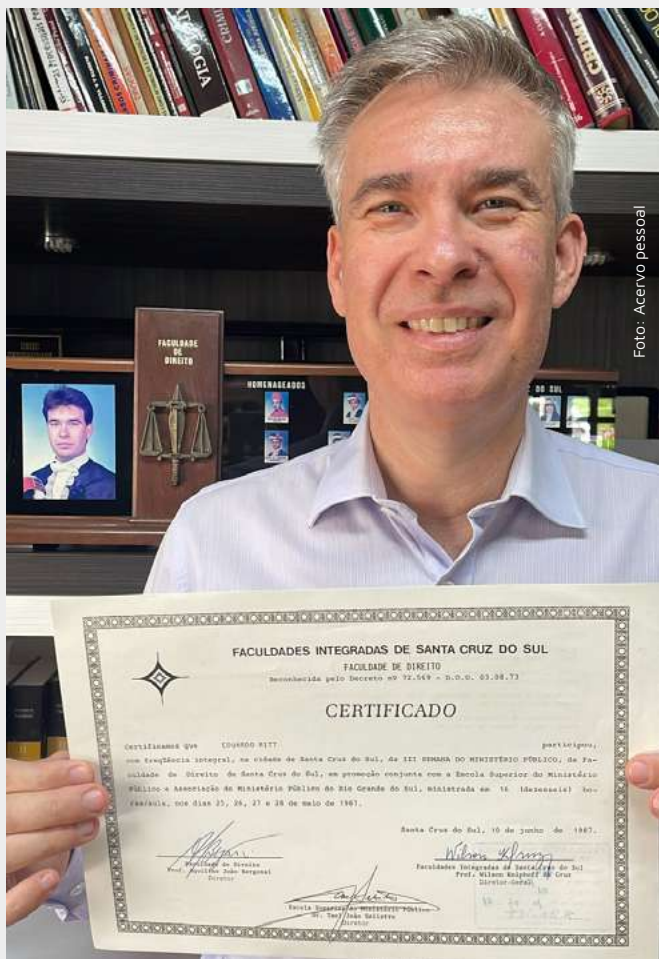


Foto: Acervo pessoal

Com 32 anos de carreira, o promotor de Justiça Eduardo Ritt mostra com orgulho o diploma da 3ª edição da Semana do MP

Para além de disseminar o conhecimento acerca da Instituição, suas funções constitucionais e a relevância do seu papel para a sociedade, o projeto é uma forma de apresentar o Ministério Público aos futuros operadores do Direito como uma possibilidade de carreira. Foi assim que, aos 18 anos, o então calouro do curso de Direito da Unisc Eduardo Ritt teve seu primeiro contato com a trajetória profissional que seguiria, quando assistiu as palestras da terceira edição da Semana do Ministério Público de Santa Cruz do Sul, realizada em 1986. “Fiquei inspirado com a postura e atuação engajada dos promotores”, relembra. Aluno de Miguel Bandeira Pereira, Ritt se recorda como a aproximação com os membros da Instituição e a admiração despertaram sua vocação. “Miguel era meu exemplo. Foi graças à Semana e ao contato com ele que me interessei em ser promotor. Me formei no dia 28 de dezembro de 1990 e tomei posse no ano seguinte”, relembra. Atualmente, com mais de 30 anos de carreira no Ministério Público, Eduardo Ritt guarda com carinho as lembranças da época junto ao certificado do evento e o retrato da sua formatura em que Miguel Bandeira Pereira figura como paraninfo da turma.

Consolidação

A Associação do Ministério Público do RS chega a 2024 em celebração, pois o ano marca as quatro décadas da Semana do Ministério Público e a sua consolidação como um dos mais tradicionais projetos da entidade. Além de disseminar o conhecimento acerca da Instituição, suas funções constitucionais e a relevância do seu papel social, o projeto desde a sua concepção vem sendo realizado de forma ininterrupta. Nem mesmo durante a pandemia houve descontinuidade do encontro, que foi adaptado para o modelo virtual. De lá para cá, a iniciativa vem ganhando espaço nos quatro cantos do Rio Grande. A cada ano, a iniciativa amplia parcerias, agregando mais vozes e olhares interessados no Direito.

Com a chegada dos quarenta anos da iniciativa, a Diretoria Executiva propôs a criação de uma identidade visual para celebrar a longevidade do projeto e que representasse a sua essência: um espaço de fomento ao debate por meio da figura do púlpito que, ao longo dos anos, recebeu expoentes juristas a bradar em defesa de suas diferentes visões acerca do Direito. À frente da entidade, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, comemora o quarentenário durante o seu mandato. “É com muita alegria que nós, da Diretoria Executiva, recebemos a missão de enaltecer uma data tão significativa como esta. São quarenta anos de um projeto muito caro à entidade, que surgiu por iniciativa de três grandes colegas e que dá voz ao Ministério Público no meio acadêmico ao passo que o aproxima das comunidades por onde passa. Somos gratos às mentes que pensaram nesta empreitada que hoje possui vida própria e que seguramente terá muitos anos pela frente. Quando se discute e aprimora o saber jurídico, quem ganha é a sociedade em geral”, destaca o dirigente.



Registro da abertura da 39ª edição da Semana do Ministério Público de Santa Cruz do Sul, promovida em 2023 junto ao curso de Direito da →



Foto: Acervo pessoal

Tibiriçá foi um dos fundadores do projeto Semana do Ministério Público

Circunstância

Para Agenor Casaril e Cláudio Barros Silva, para além da conjuntura da época, a criação da Semana do Ministério Público somente foi possível devido à complementaridade das personalidades do trio. Na sua percepção, a designação de Cláudio à Comarca, a posição de Agenor no meio acadêmico e o perfil conciliador de Tibiriçá foram elementares para a efetivação do projeto. “Quando cheguei a Santa Cruz do Sul, encontrei dois colegas diferenciados, extremamente engajados na comunidade. Tive a honra de conviver com o Agenor e o Tibiriçá, que me ensinaram a trabalhar em equipe, sem individualismo, realçando sempre a missão de nossa Instituição”, relembra Barros Silva.

Falecido no início de 2024, Tibiriçá Brum Pires era muito interessado nas atividades que visassem a edificação do Ministério Público e da Associação. Natural de São Sepé, o promotor de Justiça jubilado faleceu no dia 4 de janeiro, aos 83 anos, em Santa Maria. Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, ingressou no Ministério Público no ano de 1979 como promotor público. Na Instituição, atuou nos municípios de São José do Norte, São Pedro do Sul, Santiago, Santa Cruz do Sul, Dom Pedrito, Santa Maria e, posteriormente, na Capital, onde trabalhou na 1ª Promotoria Criminal do Foro Regional do Partenon até a sua aposentadoria, em 1995. Tibiriçá Brum Pires deixou três filhos, Henrique, Fabrício, e a promotora de Justiça Daniele da Silva Pires, e a esposa Marilene da Silva Pires.

“Lamentamos profundamente que o Tibiriçá não esteja conosco nestas comemorações. Tibiriçá foi um colega excepcional, a voz da ponderação, inflexível nas suas convicções e posições, homem que verdadeiramente promovia a Justiça. Dele e de sua família só temos recordações positivas e de amizade. As Semanas do Ministério Público estarão a homenageá-lo eternamente” emociona-se Barros Silva. ■



Foto: Tiago Coutinho

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a mais tradicional parceria do projeto

CALENDÁRIO 2024 *

* Edições já realizadas ou confirmadas até o fechamento desta edição

Março

25 a 26 de março: São Borja

Abril

9 a 10 de abril: Bagé
16 e 18 de abril: Rota da Serra (Taquara)

Junho

6 e 7 de junho: Litoral Norte (Torres)

Agosto

13 a 15 de agosto: Santa Cruz do Sul
Comemoração dos 40 anos do evento

Setembro

24 a 26 de setembro: Pelotas

Origens da Semana do Ministério Público

por Agenor Casaril

Há quatro décadas, precisamente em março de 1984, o Ministério Público do Rio Grande do Sul renovou sua liderança máxima. O então procurador-geral de Justiça, Luiz Felipe de Azevedo Gomes, sucedeu Augusto Borges Berthier, que esteve à frente do MP entre 1983 e 1984. Naquele ano, nas três Promotorias de Justiça de Santa Cruz do Sul, atuavam Agenor Casaril, Tibiriçá Brum Pires e Cláudio Barros Silva. As promotorias na época ficavam instaladas no interior do Fórum.

Então a AMP/RS era presidida por Luiz Alberto Rocha, que ocupou o cargo por dois mandatos (82-84 e 84-86) tendo José Antônio Paganella Boschi como vice. Os Promotores de Justiça lotados no interior estavam, para fins associativos, organizados em núcleos da AMP/RS. Cada um deles, circunscrito a um espaço geográfico delimitado, escolhia seu coordenador.

Os colegas daquele núcleo me deram a honrosa incumbência de coordená-los. O então Núcleo 9 englobava as Promotorias dos Vales do Taquari e Rio Pardo, indo de Encantado a Taquari e de Candelária a Encruzilhada do Sul. Com as relações institucionais afirmadas pelo MP junto à Faculdade de Direito da atual Universidade de Santa Cruz do Sul, na década de 80, coube a mim ministrar as cadeiras de Direito Penal III e IV, enquanto ao colega José Montini, de Venâncio Aires, as disciplinas de Processo Penal.

Chegados naquele ano e no seguinte, respectivamente, os colegas Cláudio Barros Silva e Miguel Bandeira Pereira logo foram convidados a incorporarem-se ao quadro docente da faculdade de Direito. Pelo conceito e respeito institucional reconhecido ao Ministério Público, os frutos logo apareceram. Em 1986, fui incumbido de paraninftar a turma de formandos do Direito. Logo depois, por duas vezes, a honra e o reconhecimento foram estendidos ao Dr. Cláudio.

No MP, mais que nos demais setores da justiça criminal, respiravam-se ares de fortes mudanças, com as já aprovadas Leis 7.209 e 7.210, de 1984. A primeira, fazendo ampla reforma da Parte Geral do Código Penal, e a última instituindo a Lei das Execuções Penais.

As novidades eram de grande magnitude e havia uma ânsia de estudá-las antes que entrassem em vigor. Assim, Promotores de Justiça, Juízes de Direito, advogados e Delegados de Polícia, atuantes na cena penal, manifestavam abertura a imediatos estudos da nova legislação penal, ainda em período de vacatio legis.

Com efeito, as citadas leis ordinárias federais, promulgadas em 11 de julho de 1984, com vacatio legis de seis meses, sugeriam e cobravam estudos imediatos. Daí o nascedouro da realização de um evento específico, que fosse abrangente e marcante. Podia e devia o Ministério Público da comarca tomar a iniciativa. A ideia, divulgada informalmente no nosso meio de atuação forense, foi ganhando corpo.

Contatado, o então presidente da AMPRS, Dr. Rocha aprovou a ideia e empenhou irrestrito apoio em termos de divulgação, de meios e de presença no desenvolvimento do evento. De igual modo, o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público manifestaram aprovação ao nascente evento para desbravar as novidades jurídico-penais.

Para um evento da magnitude que pretendíamos realizar, Cláudio, Tibiriçá e eu necessitávamos de uma estrutura crucial de auditório e serviços. Ao encaminharmos a proposta para o então diretor da Faculdade de Direito Raul Gaspar Bartholomay, houve imediato acolhimento e interesse. Conseguimos o auditório da FISC.

Na mídia, os dois jornais e as duas emissoras de rádio locais, de alcance regional, fizeram ampla divulgação do evento, destacando a grande repercussão prática das novas leis no âmbito da justiça criminal. O chamamento alcançou os profissionais da área, corpo docente, acadêmicos de Direito e demais interessados.

As palestras abrangiam análises com amplas novidades na teoria geral do crime e na estrutura e ampliação das sanções, assim como na nova visão legal do cumprimento das penas. As abordagens se desenvolveram por três dias, com abrangência de três turnos. O evento foi realizado de 20 a 22 de setembro de 1984.

O Informativo da AMPRS relativo ao segundo semestre de 1984 registrou assim aquele evento, o protótipo da hoje consagrada Semana do Ministério Público de Santa Cruz do Sul.

Em promoção do núcleo da Associação, sob coordenação dos colegas Agenor Casaril, Cláudio Barros Silva e Tibiriçá Brum Pires, inúmeros Promotores de Justiça, Juízes, Pretores, advogados, prestigiaram o encontro. Todos os painelistas eram do corpo docente da Escola Superior do Ministério Público. Foram realizadas as seguintes palestras:

20/9 - O erro no Novo Código Penal, com Valter Coelho

21/9 - O sistema de penas no Novo Código Penal, com Paulo Olímpio Gomes de Souza

21/9 - A prescrição no Novo Código, com Vladimir Giacomuzzi

21/9 - As medidas de segurança e o poder discricionário do Juiz no Novo Código, com Tupinambá Pinto de Azevedo

22/9 - Das penas e sua execução no Novo Código Penal, com José Henrique Pierangeli, Procurador de Justiça em São Paulo e professor na PUC de Campinas

PRÊMIO JORNALISMO MPRS

No dia 6 de novembro, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, participou da cerimônia da 25ª edição do Prêmio Jornalismo MPRS. Durante o evento, realizado na sede do Ministério Público, também foi entregue o Prêmio Miguel Velasquez de Direitos Humanos ao Instituto Victória Nahon. Fruto da parceria entre MPRS, AMP/RS e FMP, e com apoio da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS (Sindjors), o premiação contemplou os melhores trabalhos jornalísticos nas categorias Proteção Social, Segurança Pública, Defesa do Patrimônio Público, Saúde e Educação, Sustentabilidade, Fotografia e Reportagem Universitária.



Foto: Tiago Coutinho

CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM SALVADOR



Foto: Tiago Coutinho

Com uma delegação de mais de 50 pessoas, o Ministério Público gaúcho marcou presença na 25ª edição do Congresso Nacional do Ministério Público, realizado de 8 a 10 de novembro, em Salvador (BA). Promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação do Ministério Público da Bahia (Ampeb), o evento reuniu mais de 2 mil promotores e procuradores de Justiça, membros jubilados, pensionistas e representantes de órgãos colegiados da Instituição de todo o País no Centro de Convenções de Salvador. O evento contou com um ciclo intenso de conferências, painéis e palestras que discutiram a resolutividade da atuação do Ministério Público em meio às transformações tecnológicas e teve, em seu encerramento, a palestra do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Foto: AMP/RS

O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, esteve reunido, no dia 20 de novembro, com o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado estadual Vilmar Zanchin (MDB), para debater a tramitação dos Projetos de Lei Complementar (PLC) 302/2019, PLC 207/2023, PLC 322/2023 e PLC 360/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça e que estavam em apreciação do Parlamento gaúcho.

LIVRO DOS 150 ANOS DO TJRS

Na noite do dia 28 de novembro, o presidente João Ricardo Santos Tavares prestigiou o lançamento do Livro dos 150 anos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS). O evento, realizado no Auditório do TJRS, integrou a programação comemorativa ao sesquicentenário do órgão. A obra, entregue pela ex-presidente do TJRS, desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, foi produzida pelo fotógrafo Leonid Streliaev e equipe, sendo concebida a partir do Conselho de Comunicação Social, presidido pelo 2º vice-presidente do TJRS, desembargador Antonio Vinicius Amaro da Silveira; do Comitê Especial do TJRS 150 anos, liderado pela desembargadora Marcia Kern; com o apoio do Memorial do Judiciário.



Foto: AMP/RS

HOMENAGENS



Foto: AMP/RS

O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, foi uma das personalidades homenageadas durante a Sessão Solene de 25 anos da Outorga da Comenda da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, realizada em Brasília, no dia 21 de novembro. Durante o evento, o promotor de Justiça gaúcho foi condecorado com a medalha no grau Grande Oficial.

O dirigente da AMP/RS também foi uma das autoridades agraciadas com outorga da Comenda do Mérito Judiciário Militar do Estado, feita durante evento que integrou as comemorações dos 175 anos da Justiça Militar do Rio Grande do Sul. A cerimônia, que ocorreu no dia 14 de dezembro, também homenageou no Grau de Distinção os promotores de Justiça Isabel Guarise Barrios e Marcos Simões Petry, e no Grau de Alta Distinção, o procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz, e o procurador de Justiça Alexandre Lipp João.

82 ANOS DA AMP/RS



Foto: Divulgação

Com a presença de autoridades, representantes de entidades, membros do Ministério Público Estadual, foi realizado, no dia 25 de novembro, o jantar de celebração de 82 anos da AMP/RS. Com apresentação da Banda Twins e sonorização do DJ Anderson, o evento ocorreu na sede da Sociedade Libanesa de Porto Alegre e contou com a participação de mais de 200 pessoas.

DIREÇÃO TÁTICA DEFENSIVA EVASIVA

Um grupo de associados e familiares participaram, no dia 8 de dezembro, do curso de Direção Tática Defensiva Evasiva da SIAR Tactical Training. Ministrada pelo sargento aposentado do Exército Brasileiro Rinaldo Acosta, a capacitação é voltada a membros de órgãos de segurança pública, magistrados e outras autoridades.

A atividade foi organizada pela diretora de Convênios da AMP/RS, Priscilla Ramineli Leite Pereira, e contou com a presença dos associados Charles Emil Machado Martins, Cristiano Salau Mourão, Júlio César Cunha Cantizano, Renoir da Silva Cunha, Rodrigo Marchesan de Souza e Valdoir Bernardi de Farias, além de membros da Brigada Militar, servidores do Ministério Público Federal e familiares.

35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL



Foto: AMP/RS

Celebrando os 35 anos da Constituição Federal, a AMP/RS lançou, no dia 12 de dezembro, o livro “Ministério Público, Sistema de Justiça e Constituição Federal: Escritos em Homenagem aos 35 anos da Carta Magna”. O lançamento da obra, que apresenta dezessete artigos de variados ramos do conhecimento jurídico, foi celebrado na sede administrativa da Associação, reunindo os autores e membros do Ministério Público ativos e jubilados. A publicação, organizada pelo diretor da Revista do Ministério Público, Michael Schneider Flach, e prefaciada pelo ex-procurador-geral de Justiça Sérgio Gilberto Porto, ainda conta com a apresentação do ex-presidente do Brasil Michel Temer.



Foto: Divulgação/Siar

CONGRESSO ESTADUAL

Dando início aos preparativos do 16º Congresso Estadual do Ministério Público, marcado para ocorrer de 11 a 14 de setembro em Gramado (RS), o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, esteve em Brasília para se reunir com a primeira presidente da história do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, no dia 31 de janeiro. O encontro teve como objetivo a busca por apoio para a realização do evento.

Além disso, a Diretoria Executiva esteve em Gramado, no dia 21 de fevereiro, para conhecer as possíveis locações para o evento. Ao longo do dia, Tavares e a vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento, Márcia Villanova, compareceram aos hotéis Serrazul, Wish Serrano Resort, Wyndham Hotels and Resorts e Laghetto Resort Golden para avaliar capacidade de hospedagem, localização, qualidade das instalações, auditórios e serviços oferecidos pelos estabelecimentos.



Fotos: AMP/RS

CONFRATERNIZAÇÃO NO LITORAL



Foto: AMP/RS

A AMP/RS promoveu, na noite de 19 de janeiro, mais uma edição da tradicional confraternização do Litoral, em Xangri-Lá (RS). Com a apresentação da Banda Mais Amor Por Favor, o encontro reuniu mais de 100 associados, familiares e amigos no Condomínio Celebration.

POSSE TJRS



Foto: AMP/RS

Tomou posse, no dia 1º de fevereiro, a nova Administração do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) para o biênio 2024/2025. A solenidade, realizada no plenário Ministro Pedro Soares Muñoz do TJRS, encerrou o período da presidência da desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, que transmitiu o cargo ao desembargador Alberto Delgado Neto. Representando a AMP/RS, estiveram presentes o presidente João Ricardo Santos Tavares, o vice-presidente Administrativo e Financeiro, Fernando Andrade Alves, e o assessor especial da Presidência, Felipe Teixeira Neto.

MEDALHA SOPHIA GALANTERNICK

Celebrando o Dia da Mulher, a AMP/RS promoveu, no dia 14 de março, uma nova edição do Conexão Mulher. Realizado na loja Vinhos do Mundo, o evento foi marcado pela entrega da Medalha Sophia Galanternick, honraria instituída em 2022 que visa reconhecer publicamente o trabalho de mulheres que tenham atuado na promoção e visibilidade do Ministério Público e da Associação perante a sociedade.

Reunindo mais de 50 colegas, a cerimônia selou o segundo ano de entrega da honraria. Receberam a distinção a procuradora de Justiça Jacqueline Rosenfeld, a promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, e a deputada estadual Delegada Nadine Anflor.

PACTO NACIONAL PELA CONSCIÊNCIA VACINAL



Foto: AMP/RS

A AMP/RS aderiu ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal. O documento foi assinado pelo presidente João Ricardo Santos Tavares durante evento realizado no Palácio Piratini, no dia 31 de janeiro. O vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, também esteve presente no ato. Durante o evento, também foram apresentadas as estratégias para ampliação das coberturas vacinais realizadas em conjunto pelo Governo do Estado e Ministério Público.

DIRETOR FINANCEIRO DA CONAMP



Foto: Divulgação/Conamp

Cumprindo agenda em Brasília, a Diretoria Executiva da AMP/RS participou, no dia 13 de março, da XXI Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), realizada na sede do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Durante o encontro, tomaram posse administrativa a nova Diretoria, Conselho Fiscal e Diretorias Regionais para a gestão da entidade no período de 2024/2026. O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, assumiu o cargo de diretor financeiro. À noite, ao lado dos vice-presidentes Fernando Andrade Alves e Guacira Almeida Martins, participou do evento de posse.



Foto: AMP/RS

EVENTOS NA SEDE CAMPESTRE



Foto: AMP/RS



Foto: AMP/RS



Foto: Alina Sousa

Reforçando os momentos de confraternização entre os seus associados e familiares, a AMP/RS promoveu, nos últimos meses, diversos eventos na sede campestre. No dia 17 de dezembro, a tradicional Festa de Natal da Associação contou com música ao vivo, lanches especiais, jogos de mesa e cama elástica, além de recreação com gincana na piscina, oficina de bolhas de sabão, distribuição de picolés e toboágua. Ao final, as crianças celebraram a chegada do Papai Noel, que distribuiu presentes.

No dia 21 de março, foi realizada a retomada da Confraria do Vinho em 2024. Reunindo mais de trinta associados, o evento teve degustação

e venda de rótulos da Vinícola Vaccaro, de Garibaldi, além de música ao vivo e jantar.

O tradicional evento de Páscoa também foi realizado na sede, no dia 24 de março. A celebração foi marcada pela interação entre os pequeninos e membros da AMP/RS, que se divertiram com inúmeros brinquedos, cama elástica, práticas esportivas, oficinas e jogos interativos. O ponto alto do encontro foi marcado pela chegada do Coelho da Páscoa, que esbanjou alegria e carinho a todos os participantes. A caça aos ovos de chocolate também fez com que as crianças se espalhassem pela sede em busca dos doces escondidos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Foto: AMP/RS

O presidente João Ricardo Santos Tavares compareceu à sede administrativa do Ministério Público Estadual, na tarde do dia 12 de dezembro, para audiência com o procurador-geral de Justiça, Alexandre Sikinowski Saltz. Durante o encontro, foram entregues ao chefe da Instituição novos requerimentos associativos de interesse da classe.

VITÓRIA-ES



Foto: AESMP

Com a proximidade da eleição para procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a Associação Espírito-Santense do Ministério Público (AESMP) promoveu, no dia 18 de março, um debate entre os seis candidatos que irão disputar o mais alto cargo da instituição. A convite da entidade de classe estadual, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, conduziu o encontro, realizando os questionamentos aos concorrentes para sucessor da atual procuradora-geral de Justiça do MPES, Luciana Andrade.

PLANEJAMENTO 2024

Os membros da Diretoria Executiva da AMP/RS estiveram reunidos, na manhã de 25 de janeiro, para planejar atividades da entidade para o ano de 2024, com destaque para a realização da 16ª edição do Congresso Estadual do Ministério Público, a programação para os 40 anos da Semana do Ministério Público e o balanço da tradicional Confraternização do Litoral. Compareceram à sede administrativa para o encontro o presidente João Ricardo Santos Tavares, e os vice-presidentes Fernando Andrade Alves e Guacira Almeida Martins. Por videoconferência, participaram os vice-presidentes Henrique Rech Neto, Karine Camargo Teixeira e Márcia Regina Nunes Villanova, além do secretário Rudimar Tonini Soares.



Foto: AMP/RS

ORDEM DO MÉRITO MPRS



Foto: AMP/RS

Autoridades, amigos, familiares, membros e servidores do Ministério Público estiveram reunidos no auditório Mondercil Paulo de Moraes do Ministério Público Estadual, na tarde do dia 5 de dezembro, para acompanhar a sessão solene de outorga da Ordem do Mérito Ministério Público do Rio Grande do Sul de 2023. Representando a AMP/RS, compareceram ao evento o presidente João Ricardo Santos Tavares, o vice-presidente Administrativo e Financeiro, Fernando Andrade Alves, e a vice-presidente de Relações Institucionais, Karine Teixeira. A distinção se destina a personalidades e instituições que se destacaram pela busca do desenvolvimento das atividades jurídicas e que prestaram relevantes serviços à cultura jurídica e ao Ministério Público. Na solenidade, o presidente da AMP/RS realizou a entrega do diploma em homenagem ao secretário estadual de Segurança Pública, Sandro Caron de Moraes.

CASO MIGUEL



Foto: Divulgação

A AMP/RS acompanhou in loco o julgamento do assassinato do menino Miguel dos Santos Rodrigues, iniciado no dia 4 de abril, no Fórum de Tramandaí, no Litoral Norte. A criança de sete anos foi morta em 2021. O vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, e o diretor de Prerrogativas da Associação, Bill Jerônimo Scherer, acompanharam os trabalhos em apoio aos promotores de Justiça André Tarouco e Karine Teixeira, vice-presidente de Relações Institucionais da AMPRS, responsáveis pela acusação. Ao final do Júri, a mãe e a madrasta da criança foram condenadas por homicídio triplamente qualificado, tortura e ocultação de cadáver, pegando penas entre 51 e 57 anos.

DIRETORIA AMPLA

Em encontro realizado na manhã do dia 1º de março, a AMP/RS abriu a agenda de reuniões mensais de Diretoria Ampla de 2024. Conduzido pelo presidente João Ricardo Santos Tavares, o debate se aprofundou no andamento dos requerimentos associativos que estão em tramitação junto à Administração Superior do Ministério Público, bem como nos projetos legislativos de âmbito nacional e estadual de interesse dos membros da Instituição.

Também foram abordadas as datas do cronograma de atividades sociais da entidade, como a 16ª edição do Congresso Estadual do Ministério Público, que ocorrerá em setembro deste ano. Entre os membros da Diretoria Executiva, também compareceram os vice-presidentes Fernando Andrade Alves, Henrique Rech Neto, Karine Camargo Teixeira e Márcia Regina Nunes Villanova.

REUNIÕES DE NÚCLEO



Foto: Divulgação

Nos meses de março e abril, a Diretoria Executiva da AMP/RS esteve presente em diferentes regiões do Estado para a realização de reuniões de Núcleo. Tratando de temas de interesse e fortalecimento da classe, o Núcleo da região da Grande Porto Alegre se reuniu na Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo no dia 15 de março. Participaram o presidente João Ricardo Santos Tavares e os vice-presidentes Fernando Andrade Alves e Henrique Rech Neto. No início do mês de abril, a Diretoria também esteve reunida com associados do Núcleo da Campanha, em encontros que foram realizados em Sant'Ana do Livramento e Rosário do Sul.



Foto: Divulgação

Logo o Brasil será parlamentarista

Recentemente, quando a Câmara Federal renovou as composições de suas Comissões, percebi que somos muito mais parlamentaristas que presidencialistas. O Governo sua frio, suor e sangue para fazer valer o seu pensar, hoje em dia.

Especialmente a CCJ- Comissão de Constituição e Justiça, hoje sob a égide da oposição ao presidente Lula, realizará detalhados procedimentos procrastinatórios antes de mergulhar no mérito de uma proposta oriunda do Executivo, seja ela qual for.

Bem como se o país fosse parlamentarista. Quantas manobras serão possíveis e que serão realizadas para truncar a marcha imaginada pelo Executivo?

Nada tenho contra ser parlamentarista, desde que fosse regime democraticamente estabelecido. O caso atual em nosso Brasil é diferente. Fundamentação crítica, filosófica, com alicerce doutrinário? Sim. Então poderemos aceitar que a vontade coletiva seja canalizada e desenvolvida sob fundamentos legais indesmentíveis. E sempre é bom lembrar que seremos dependentes dos resultados das urnas.

Cláudio Brito

Promotor
de Justiça
jubilado
e jornalista



Foto: Arquivo pessoal

Que venham das eleições gerais as mudanças dos regimes de governo.

Valer-se do oportunismo chega às raias dos atentados anti-democráticos. E a história da Nação estará irremediavelmente abalada se convenceremos a sociedade a sustentar o presidencialismo para logo após alguns cidadãos serem desviados desses princípios e levados à falsa tradução dos resultados educadores.

Defendo a independência do escolha regimental que o eleitorado realiza. Seja o resultado qual for, mas tem que ser a fiel tradução do pensamento dos eleitores. Seja qual for esse resultado, saberei obedecê-lo.

Usar regime político-administrativo diferente do que as urnas desenharam, é muito clara e indesejada violência sobre os fundamentos da democracia. ■

Pautas indesejadas

Estava na ativa no Ministério Público quando o então Procurador-geral me sondou sobre meu interesse em participar de programa televisivo. Lisonjeada com a indicação, fui falar com a jornalista. Os assuntos seriam pautados na hora, ao vivo, e os participantes debateriam o tema proposto. Qualquer um, diga-se de passagem: política, atualidades, variedades. À época, já estava escrevendo crônicas na intranet do MP. Era eu quem pautava os meus assuntos para além dos processos em que eu dava parecer, e ingenuamente acreditava que minhas reflexões (provocações) sobre os mais diversos assuntos agradariam a todos (unanimidade?). Alguns artigos publicados, e pude perceber meu flagrante equívoco. Determinados temas geraram indignações inimagináveis (ao menos para mim), incluindo esta inesquecível:

— O quê? Debater sobre a constitucionalidade da caça na internet do MP? E ainda mais uma mulher?

Recebi, no privado, a mensagem:

— Marta, tem gente querendo te ver enforcada em praça pública, em frente às torres gêmeas! (a sede do MP).

Experimentem pautar determinados assuntos. Só para exemplificar, digam, vocês mulheres, que estão pensando em emagrecer para caber no vestido dos áureos tempos, para participar das democráticas corridas de rua de 5km, para prevenir problemas de saúde, para se sentir mais bonita, o que for. A palpitar virá:

Marta Leiria

Procuradora
de Justiça
jubilada



Foto: Divulgação

— Que bobagem, tu estás ótima assim!

— Pra quê querer se enquadrar nos rígidos padrões hollywoodianos de beleza?

— Correr nessa idade, pra quê? Melhor caminhada, Pilates, hidroginástica.

— A gordofobia tá em alta como nunca!

— Depois da menopausa não dá pra emagrecer.

— Dá pra ser gordinha e feliz, eu sou um exemplo!

— É só escolher as roupas certas e usar canga na praia!

— É melhor pra saúde ter uns quilos a mais do que ser sedentária!

— E o teu marido, o que acha?

Depois não adianta dizer que não perguntou. Se pautou, ou se deixou pautar, é como se tivesse perguntado a opinião alheia. E isso vale para tudo, as consequências virão. Lembram da grande atriz brasileira que participou da festa do Oscar e não tinha assistido a vários filmes sobre os quais foi instada a comentar? Patético, para dizer o mínimo. Ah, e o programa de debates sobre assuntos aleatórios? Declinei, agradecida, do convite. ■

Densidade literária

**Mário
Cavalheiro
Lisbôa**

Procurador
de Justiça
jubilado



Foto: Robson Hermes

Colocada na água, uma poesia afunda? Claro que sim. A poesia nunca navega na superfície; ela submerge imediatamente. Mas ela não se afoga, pois é da natureza da poesia afundar. E é justamente nas águas profundas que a poesia encontra seu verdadeiro propósito. A densidade é a relação entre a massa de um material e o volume por ele ocupado. Quanto maior a quantidade de moléculas num espaço, maior a densidade por ele apresentada. Esse é um conceito da ciência, aplicado em física e química. Guardadas as diferenças, pode-se utilizar o conceito de densidade na literatura. Todo o texto literário tem a sua densidade. Substituindo-se as moléculas por ideias, pode-se avaliar a densidade de um texto. Mas que tipo de ideias conferem densidade literária a um texto? Bem, literatura não é ciência. Literatura em sua substância é arte. É prima-irmã da música e da pintura. Bebem no mesmo cálice: a imaginação sem limites. As ideias que conferem densidade a um texto podem apresentar as mais diversas variações: uma frase antológica, dessas de virar aforismo; um imaginoso jogo de palavras que cause impacto; uma observação surreal, de preferência não totalmente afastada da realidade; enfim, pode ser o que o autor conseguir imaginar, pois sua função é essa mesma: desbravar novas ideias.

Considerando que a literatura é essencialmente entretenimento, e que, para que alguém se disponha a ler uma obra, necessário se faz que o texto seja agradável, a densidade literária precisa ser muito bem pesada pelo autor. Modo geral, a densidade literária presta-se para textos curtos, tendo como principal exemplo a poesia. Na poesia, cada frase pode conter uma tonelada de literatura. São diversas as ideias concentradas num pequeno espaço. Os pensamentos ficam se acotovelando em versos e estrofes. Daí que toda a poesia deve ser lida devagar, verso por verso. Por isso que na água ela afunda. Desde que inteligível para o homem médio, um trabalho assim fica muito bom. Na hierarquia

da utilização da densidade literária, a seguir vem a crônica, depois o conto, depois a novela e por fim o romance. Nessa ordem. A divisão em princípio é ditada pelo tamanho do texto. Um romance não deve ser escrito com a densidade literária de uma poesia. A leitura tornar-se-ia cansativa. Claro que se pode utilizar densidade literária em qualquer texto. É uma questão de engenho e arte. Mas, num texto mais longo, prolongado trecho com densidade literária resulta numa pedra no caminho. O leitor, coitado, quer continuar no mesmo ritmo de leitura, mas pode encontrar obstáculos aqui e ali. Ele vai tropeçar antes de retomar a leitura. Algumas pedras no caminho até podem tornar a obra interessante. Servem como provocação intelectual, sabe como é, vamos nos aprofundar um pouquinho em determinado assunto, trazer uma ideia singular. Mas, se houver muitas pedras pelo caminho, o leitor pode abandonar a leitura, ah, isso está ficando um pouco chato. Uma pena, pois o autor escreve para ser lido.

O ideal de uma obra é capturar o leitor já na primeira frase, deixá-lo curioso. Essa expectativa é que desperta no leitor o interesse em continuar a leitura, ver no que vai dar toda aquela narrativa. O autor não escreve para si, mas para o leitor. Daí o cuidado do autor tanto com a densidade literária como com sua antítese que podemos chamar de frouxidão literária. O que vem a ser isso? Frouxidão literária é uma conversa mole, sem densidade alguma, dispensável no texto; uma vez subtraída, falta alguma fará. Ao contrário; o texto ficará muito melhor. É o caso da descrição longa e desnecessária de uma paisagem. O excesso de frouxidão literária causa no leitor o mesmo efeito que o excesso de densidade literária. Ambas podem ser cansativas, mormente em novelas ou romances. Por isso que o autor não deve hesitar em eliminar textos para tornar a obra mais harmônica. Saber escrever é saber cortar. O objetivo nobre de quem escreve é tentar prender o leitor do início ao fim. ■





ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp rs

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
Praia de Belas - CEP 90050-191
Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br